

Demonstrações Financeiras

Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	6
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	8
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	9
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO	13
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	18
5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS	19
6. ATIVO DE CONTRATO.....	19
7. FORNECEDORES	21
8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	21
9. PROVISÕES	22
10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22
11. RECEITA.....	25
12. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	27
13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	27
14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	28
15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	31
16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	33

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.

A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 1200, subsolo 1, sala 12, Bairro Santo Agostinho, e tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas - Pimenta, 345kV, nos termos do Contrato de Concessão com a União Federal através da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social era de R\$ 52.775 mil. O Capital integralizado era de R\$28.000 mil, representado por 28.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT.

DESEMPENHO DE OPERACIONAL POR NEGÓCIO

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$9.709 mil em 2023, em comparação a R\$18.450 mil em 2022. A diminuição no resultado se justifica basicamente pela diminuição da remuneração do ativo de contrato, sendo R\$9.038 mil em 2023 e R\$21.047 mil em 2022.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida foi de R\$19.878 mil em 2023 em comparação R\$21.083 mil em 2022. A receita da Companhia é composta, principalmente, pela receita de construção da linha de transmissão Valadares - Verona e da receita de operação e manutenção da linha de transmissão Furnas – Pimenta.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional totalizaram R\$1.299 mil em 2023, comparados a R\$1.786 mil em 2022.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$12.089 mil em 2023, em comparação a R\$3.403 mil em 2022. A variação se justifica pelo aumento dos custos de construção.

Resultado financeiro

O resultado financeiro em 2023 correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$2.482 mil, comparado a receita financeira líquida de R\$2.213 mil em 2022.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2023, a Companhia apurou despesas no montante de R\$557 mil de imposto de renda e contribuição social. Comparativamente ao mesmo período em 2022, a Companhia apurou despesas no montante de R\$1.433 mil. A variação se justifica por um aumento no diferido e uma diminuição no corrente, devido a reconhecimento de créditos apurados no ECF.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2023, o LAJIDA da Companhia foi de R\$7.788 mil (R\$17.683 mil em 2022) e a Margem do LAJIDA foi de 39,18% no mesmo período (83,87% em 2022), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2023	2022	Var %
Lucro líquido	9.709	18.450	(47,38)
Despesa de IR e CS	557	1.443	(61,40)
Amortização	4	3	33,33
Resultado financeiro	(2.482)	(2.213)	12,16
LAJIDA (1)	7.788	17.683	(63,29)

- (1) LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Destinação do resultado de 2023 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2024, que, ao resultado do exercício de 2023, no montante de R\$9.709 mil, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$2.182 mil, referentes à Reversão da Reserva de lucros a realizar, seja dada a seguinte destinação:

- R\$5.946 mil para constituição de dividendos obrigatórios, e;
- R\$5.945 mil para constituição de reserva de retenção de lucros.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Centroeste, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão distribuídos da seguinte forma: R\$5.946 mil para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir e R\$5.945 mil para constituição de reserva para investimento, na conta de Reserva de Retenção de Lucros. Desta forma, a distribuição de resultados do exercício 2023 da Centroeste será realizada conforme a seguir:

Lucro Líquido 2023	Reversão Reserva de Lucros a Realizar	Distribuição do Resultado	
		Reserva Especial ref. ao Div. Min. Obrigatórios	Patrimônio Líquido (Reserva Retenção de Lucros)
9.709	2.182	5.946	5.945

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.**
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 09 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP259468/O-7

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.771	2.147
Títulos e valores mobiliários	4	6.268	12.397
Concessionárias e permissionárias	5	3.096	2.759
Tributos compensáveis		113	113
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		88	294
Ativo contratual	6	27.778	28.879
Outros ativos		665	384
TOTAL DO CIRCULANTE		42.779	46.973
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	-	47
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		86	-
Depósitos judiciais		389	389
Tributos diferidos		170	156
Ativo contratual	6	74.053	81.399
Imobilizado		1.279	1.279
Direito de uso		131	83
Outros ativos		3.497	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		79.605	83.353
ATIVO TOTAL		122.384	130.326

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	7	1.984	1.174
Impostos, taxas e contribuições	8	1.339	1.583
Encargos regulatórios		304	473
Dividendos a pagar	10	5.946	-
Convênio de compartilhamento	15	135	135
Passivo de arrendamentos		12	11
TOTAL DO CIRCULANTE		9.720	3.376
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	7	22	20
Impostos, taxas e contribuições	8	2.360	3.003
Imposto de renda e contribuição social diferido	14a	2.913	3.567
Encargos Regulatórios		-	111
Passivo de arrendamentos		131	79
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.426	6.780
TOTAL DO PASSIVO		15.146	10.156
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	10	28.000	28.000
Reservas de lucros		79.238	92.170
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		107.238	120.170
PASSIVO TOTAL		122.384	130.326

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
RECEITA	11		
Remuneração do ativo contratual		7.685	19.366
Receita de construção		9.950	-
Receita de operação e manutenção		3.543	3.503
Deduções à receita operacional		(1.300)	(1.786)
		19.878	21.083
CUSTOS DE OPERAÇÃO	12	(11.443)	(2.827)
LUCRO BRUTO		8.435	18.256
DESPESAS OPERACIONAIS	12		
Despesas gerais e administrativas		(317)	(350)
Outras despesas, líquidas		(334)	(226)
		(651)	(576)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		7.784	17.680
Receitas financeiras	13	2.637	2.243
Despesas financeiras	13	(155)	(30)
		2.482	2.213
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		10.266	19.893
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(1.211)	(1.533)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	654	90
RESULTADO DO EXERCÍCIO		9.709	18.450

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	9.709	18.450
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	9.709	18.450

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Reserva de lucros a realizar - CPC 47	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	28.000	5.600	40.473	33.435	-	107.508
Aprovação de dividendos adicionais propostos pagos	-	-	(5.788)	-	-	(5.788)
Resultado do exercício	-	-	-	-	18.450	18.450
Destinação do resultado proposta à AGO:						
Reserva especial	-	-	13.244	-	(13.244)	-
Reserva para investimentos	-	-	8.764	-	(8.764)	-
Reserva de lucros a realizar – Reversão	-	-	-	(3.558)	3.558	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	28.000	5.600	56.693	29.877	-	120.170
Aprovação de dividendos pagos			(16.695)			(16.695)
Resultado do exercício					9.709	9.709
Destinação do resultado proposta à AGO:						
Dividendos obrigatórios					(5.946)	(5.946)
Reserva de retenção de lucros			5.945		(5.945)	
Reserva de lucros a realizar – Reversão				(2.182)	2.182	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	28.000	5.600	45.943	27.695	-	107.238

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	9.709	18.450
Ajustes por:		
Amortização do direito de uso	4	3
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (Nota 14)	557	1.443
PIS/Pasep e Cofins diferidos	(14)	(145)
Juros passivo de arrendamento	11	11
Juros e variações monetárias	(2.506)	(2.068)
Receita de construção (Nota 6)	(9.950)	-
Atualização monetária ativo contratual (Nota 6)	(7.685)	(19.366)
	(9.874)	(1.672)
(Aumento) Redução de ativos		
Concessionárias e permissionárias (Nota 5)	(337)	(333)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(274)	
Tributos compensáveis	(15)	(68)
Ativo contratual (Nota 6)	26.082	24.969
Outros ativos	(3.826)	(937)
	21.630	23.631
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores	812	1.079
Impostos, taxas e contribuições	(873)	116
Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 14)	-	(663)
Encargos regulatórios	(280)	50
Convênio de compartilhamento (Nota 15)	-	(35)
Outras obrigações	51	4
	(290)	551
Caixa gerado pelas atividades operacionais	11.466	22.510
Imposto renda e contribuição social pagos	(817)	(1.015)
Juros recebidos de títulos e valores mobiliários	2.367	1.694
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.016	23.189
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(19.471)	(23.396)
Resgate em títulos e valores mobiliários	25.785	22.234
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	6.314	(1.162)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos (Nota 10)	(16.695)	(20.358)
Arrendamentos pagos (Nota 13)	(11)	(11)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(16.706)	(20.369)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.624	1.658
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	2.147	489
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	4.771	2.147
	2.624	1.658

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. (“Companhia” ou “Centroeste”) é uma sociedade anônima de capital fechado e autorizado, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”).

A Companhia foi constituída com o objetivo de: construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta II, 345KV, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal em 04 de março de 2005, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Companhia iniciou as suas atividades operacionais em abril de 2010.

Em 18 de março de 2010, a Companhia obteve do Governo do Estado de Minas Gerais – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, Licença de Operação – LO nº02/2010, válida até 17 de março de 2014, para atividade da linha de transmissão de energia elétrica em 345 KV Furnas – Pimenta II. Em 16 de dezembro de 2013 foram entregues à SEMAD a documentação necessária ao processo de renovação da LO. Com a promulgação da Deliberação Normativa COPAM N°217, de 2017, a atividade deste empreendimento passou a não precisar de renovação de LO e, por este motivo, seu processo de renovação junto à SEMAD foi arquivado. Em 2022, o empreendimento cumpriu todas as condicionantes ambientais impostas pela LO nº02/2010. Em março de 2023, foi protocolado relatório com a informação do cumprimento das condicionantes ambientais e dessa forma, solicitando o de encerramento dessas condicionantes.

Em 13 de abril de 2023, o Conselho de Administração aprovou o aporte de recursos, no montante de R\$221.519, pela Cemig Geração e Transmissão na Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (“Centroeste”) no período entre 2023 e 2026 conforme necessidade e geração de caixa da Centroeste. O objetivo é a implantação da LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona que será operada e mantida pela Centroeste. Atualmente estão sendo realizadas as atividades relacionadas a regularização fundiária, ambiental, elaboração do projeto executivo e validação do projeto básico pelo ONS. A data prevista para início da construção é janeiro de 2025.

A Cemig Geração e Transmissão, via contratos de compartilhamento de infraestrutura, de engenharia e de operação e manutenção regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas

significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Receita Anual Permitida

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.216/2023, a ANEEL estabeleceu a receita anual permitida (“RAP”) atualizada da Companhia em R\$ 30.148, para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024 (R\$ 31.558 para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023).

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração em sua gestão.

Em 09 de maio de 2024, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em milhares de Reais – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são

reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 6 – Ativo de contrato (determinação da margem de construção e remensuração do ativo de contrato);
- Nota 11 – Receita líquida (reconhecimento da margem de construção e reconhecimento da receita de operação e manutenção); e
- Nota 16 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos).

2.5 Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

2.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Descrição da alteração
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	A Companhia adotou as alterações ao CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis e	A Companhia adotou as alterações ao CPC 26 pela primeira vez no exercício corrente. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia revisou a apresentação de suas políticas contábeis, julgando a materialidade das mesmas.
CPC 32 – Tributos sobre o lucro	A Companhia adotou as alterações ao CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações visam restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos. A Companhia já havia contabilizado o imposto diferido sobre arrendamentos resultando em um efeito semelhante ao das alterações propostas. Sendo assim, não houve impacto sobre os lucros e prejuízos acumulados de abertura em janeiro de 2023, ou qualquer impacto no resultado da Companhia, estando o efeito dessa adoção relacionado apenas à apresentação de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

2.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Início da vigência
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.	01/01/2024
CPC 06 – Arrendamentos – Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and Leaseback</i> ”	<p>Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i>, que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda.</p> <p>As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início.</p> <p>As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais no CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.</p>	01/01/2024

2.8 Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. A partir de 2023, a Companhia segregou esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de

caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia passou a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

2.9 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

Adicionalmente, a Companhia adotou a alteração ocorrida no CPC 26 a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações estabelecem a divulgação das políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. Não houve nenhum impacto nas políticas contábeis adotadas pela Companhia, tendo afetado apenas a divulgação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme a seguir:

	2023	2022
Contas bancárias	64	58
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	1.851	-
Overnight	2.856	2.089
Total	4.771	2.147

Os **Certificados de Depósito Bancário (CDBs)** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variou 80% em 31 de dezembro de 2023, conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente

As **operações de aplicações automáticas (overnight)** consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que varia entre 11,42% a.a a 11,65% a.a em 31 de dezembro de 2023 (entre 13,62% a.a a 13,64% a.a em 2022), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na aplicação em outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 16 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros (ii) as práticas contábeis materiais.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2023	2022
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	598	1.361
Letras Financeiras Bancos - LFs	3.864	8.107
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	1.742	2.858
Debêntures	64	71
	6.268	12.397
Não circulante		
Debêntures	-	47
	-	47
	6.268	12.444

Os **Certificados de Depósito Bancário – CDB** pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As CDBs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração de 103% a 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103% a 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras – Bancos (LFs)** são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 108,6% e 111,98% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (entre 103,3% e 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras do Tesouro (LFT)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFT que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 11,83% a.a. e 11,85% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2023 (entre 13,65% a.a. e 13,88% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As **Debêntures** são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 118,69% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As práticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 16. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 15.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos a vencer	Saldos vencidos	Total	
			2023	2022
Concessionárias e permissionárias	3.096	-	3.096	2.759
Total	3.096	-	3.096	2.759

Política contábil

A Receita Anual Permitida (RAP) remunera o investimento nas linhas de transmissão e os serviços de reforços e melhorias e operação e manutenção. As receitas dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica são reconhecidas à medida da satisfação das obrigações de performance correspondentes, em contrapartida ao ativo de contrato.

Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que nada mais além da passagem do tempo é necessário para que a contraprestação seja recebida.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. ATIVO DE CONTRATO

De acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com o cliente, os ativos vinculados a infraestrutura de concessão de transmissão foram classificados como ativos contratuais a partir de 1º de janeiro de 2018, considerando a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela operação e manutenção das linhas de transmissão.

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

Saldo do ativo contratual em 31/12/2021	115.881
Atualização financeira	19.366
Recebimentos	(24.969)
Saldo do ativo contratual em 31/12/2022	110.278
Atualização financeira	7.685
Adições	9.950
Recebimentos	(26.082)
Saldo do ativo contratual em 31/12/2023	101.831

Os valores a receber da Companhia são decorrentes dos contratos demonstrados a seguir:

	2023	2022
Circulante (a)	27.778	28.879
Não Circulante (a)	74.053	81.399
	101.831	110.278

a) Contrato de Concessão nº 004/2005

O contrato regula a concessão do serviço público das instalações de transmissão em 345 kV, segundo circuito, que tem origem na Subestação Furnas e término na Subestação Pimenta, com extensão aproximada de 75 Km, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de março de 2005. Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a Centroeste terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida - RAP, reajustado anualmente. No 16º ano de operação comercial, a RAP desta transmissora terá redução de 50%, estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

Política contábil

Durante o prazo da concessão, a Companhia recebe a Receita Anual Permitida (RAP), que remunera o investimento realizado nas linhas de transmissão, bem como os serviços de melhorias, operação e manutenção. A receita da Companhia é reconhecida à medida que são satisfeitas as obrigações de performance correspondentes, a saber: (i) disponibilidade e construção e (ii) operação e manutenção. Os valores são reconhecidos no resultado da Companhia, em contrapartida ao ativo de contrato. Posteriormente, a RAP é faturada e os saldos são transferidos do Ativo de Contrato para concessionárias e permissionárias.

Quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura.

Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos.

Estimativas e julgamentos

As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção. A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAPs futuras pela taxa implícita identificada

originalmente, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

7. FORNECEDORES

	2023	2022
Circulante		
Suprimento e transporte de energia elétrica	41	24
Materiais e serviços	1.944	1.149
Não Circulante		
Retenção contratual	21	21
TOTAL	2.006	1.194

8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2023	2022
Circulante		
Cofins	945	980
PIS/Pasep	205	212
INSS	30	257
Outros	159	134
	1.339	1.583
Não circulante		
Cofins diferidos	1.940	2.468
PIS/Pasep diferidos	420	535
	2.360	3.003
TOTAL	3.699	4.586

9. PROVISÕES

A Companhia estava envolvida, como impetrante, em litígios relacionados a áreas de servidão para passagem de linhas de transmissão de energia, estimados como perda possível, no montante de R\$4.434 em 31 de dezembro de 2022. Em 2023, essas ações judiciais foram reavaliadas para remotas em decorrência dos andamentos processuais.

Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado era de R\$28.000, representado por 28.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT em 31 de dezembro de 2023.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

b) Reservas

Reserva de Lucros

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de lucros	2023	2022
Reserva legal	5.600	5.600
Retenção de lucros	45.943	56.693
Reserva de lucros a realizar - CPC 47	27.695	29.877
	79.238	92.170

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu de reserva legal em 2023, pois atingiu o limite de 20% que dispõe a Lei 6.404/76.

Reserva de lucros a realizar

A Companhia registrou, na reserva de lucros a realizar, os efeitos da reavaliação da adoção do CPC 47 na mensuração do ativo de contrato.

c) Dividendos

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, são pagos em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que a Diretoria Executiva poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2023	2022
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	9.709	18.450
Reserva de lucros a realizar	2.182	3.558
	11.891	22.008
Dividendos propostos		
Retenção de lucros (reserva para investimento)	5.945	13.244
Dividendos obrigatórios	5.946	8.764
Total dos dividendos	11.891	22.008

d) Destinação do resultado de 2023 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2024, que, ao resultado do exercício de 2023, no montante de R\$9.709, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$2.182, referentes à Reversão da Reserva de lucros a realizar, seja dada a seguinte destinação:

- R\$5.946 para constituição de dividendos obrigatórios, e;
- R\$5.945 sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Centroeste, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão distribuídos da seguinte forma: R\$5.946 para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir e R\$5.945 para constituição de reserva para investimento, na conta de Reserva de Retenção de Lucros. Desta forma, a distribuição de resultados do exercício 2023 da Centroeste será realizada conforme a seguir:

Lucro Líquido 2023	Reversão Reserva de Lucros a Realizar	Distribuição do Resultado	
		Reserva Especial ref. ao Div. Mín. Obrigatórios	Patrimônio Líquido (Reserva Retenção de Lucros)
9.709	2.182	5.946	5.945

e) Movimentação dos dividendos obrigatórios

Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2023	5.946
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.946

f) Pagamento de dividendos

Considerando a disponibilidade de caixa da Companhia, a Diretoria aprovou, em 11 de dezembro de 2023, o pagamento de R\$16.695 da conta de Reserva de Retenção de Lucros sob a forma de dividendos.

Pagamento de dividendos extraordinários ref. 2022	16.695
	16.695

11. RECEITA

	2023	2022
Remuneração do ativo contratual	7.685	19.366
Receita de construção	9.950	-
Receita de operação e manutenção	3.543	3.503
Deduções à receita operacional (a)	(1.300)	(1.786)
Receita operacional líquida	19.878	21.083

a) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2023	2022
PIS/Pasep	70	149
Cofins	319	686
Reserva Global de Reversão – RGR	525	579
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	110	106
Taxa de Fiscalização Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	110	107
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	111	106
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	55	53
Total das deduções	1.300	1.786

b) Receita de Concessão de Transmissão

	2023			2022		
	Construção e melhorias	Operação e manutenção	Total	Construção e melhorias	Operação e manutenção	Total
Receita Anual Permitida (RAP)	9.950	3.543	13.493	-	3.503	3.503
Custos de concessão de transmissão	(9.390)	(2.053)	(11.443)	-	(2.827)	(2.827)
Margem	560	1.490	2.050	-	676	676
Mark-up (%)	5,96%	72,56%	17,91%	-	23,93%	23,93%

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Abaixo as práticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

Receitas de transmissão

As receitas de concessões de transmissão são reconhecidas no resultado mensalmente e incluem:

- Receitas de construção: correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras (fase de construção) e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto.
- Receita de operação e manutenção: correspondem à obrigação de performance relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção. São reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, mediante faturamento das RAPs.
- Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão: corresponde ao componente financeiro, reconhecida pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

A Resolução Aneel n.º 729/2016, regulamenta a Parcela Variável (PV), penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão e o adicional à RAP que corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão.

Estimativas e julgamentos

A margem de construção é definida com base nas melhores estimativas de rentabilidade da Companhia no momento inicial da concepção dos projetos de investimentos. Alterações na mensuração inicial do preço da transação, que possam dar origem a uma modificação na rentabilidade determinada originalmente e remensuração do ativo de contrato, são tratadas no momento da revisão tarifária periódica.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção e o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente.

12. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Custos de operação

	2023	2022
Serviços de terceiros (b)	1.643	1.743
Material	77	759
PCLD	-	-
Compartilhamento de infraestrutura	328	310
Custo de construção	9.390	-
Outros custos e despesas operacionais	5	15
	11.443	2.827

	Custos de operação		Despesas gerais e administrativas e outras despesas líquidas		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Serviços de terceiros (b)	1.643	1.743	222	119	1.865	1.862
Provisões (reversões)	-	-	-	-	-	-
Material	77	759	-	-	77	759
Compartilhamento de infraestrutura	328	310	-	-	328	310
Custos de Construção	9.390	-	-	-	9.390	-
Outros custos e despesas operacionais	5	15	112	107	117	122
Pessoal	-	-	317	350	317	350
	11.443	2.827	651	576	12.094	3.403

b) Serviços de terceiros

	2023	2022
Operação e manutenção	1.300	1.221
Gestão ambiental	65	148
Mão de obra contratada	16	114
Outros	484	379
TOTAL	1.865	1.862

13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	2.610	2.132
Outras receitas financeiras	27	111
	2.637	2.243
Despesas financeiras		
Juros passivo de arrendamento	(11)	(11)
Outras despesas financeiras	(144)	(19)
	(155)	(30)
Resultado financeiro	2.482	2.213

Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	2022
Não circulante		
Imposto de renda		
Rendas não resgatadas	60	109
Comp. Crédito Tributário Ativo	(66)	(62)
Ativo de Contrato	1.825	2.206
Diferido Regime Caixa/Competência	28	24
Contribuição social		
Rendas não resgatadas	21	39
Comp. Crédito Tributário Ativo	43	46
Ativo de Contrato	986	1.191
Diferido Regime Caixa/Competência	16	14
TOTAL	2.913	3.567

b) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	2023	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita de transmissão de energia elétrica	29.701	29.701
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo antes de outras receitas	2.376	3.564
Receitas financeiras	2.804	2.804
Outras receitas financeiras	27	27
Base de cálculo - Lucro presumido	5.207	6.395
Alíquota nominal	15%	9%
IR e CS	781	576
Adicional (10%)	497	0
IR e CS Total	1.278	576
Ajuste de ECF	(425)	(216)
Ativo de contrato - Longo prazo	(19.005)	(19.005)
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo	(1.520)	(2.281)
Alíquota	25%	9%
IR e CS	(380)	(205)
Rendas de aplicações	2.610	2.610
Renda de aplicações resgatadas	2.804	2.804
Rendas de aplicações não resgatadas	-194	-194
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferidos	(48)	(17)
Receita por competência diferida	(77)	(77)
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo - Lucro presumido	(6)	(9)
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido - Receita por competência	(2)	(1)
IR e CS – Despesa	1.211	(654)
Corrente	852	359
Diferido	(430)	(224)

	2022	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita de transmissão de energia elétrica	28.324	28.324
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo antes de outras receitas	2.266	3.399
Receitas financeiras	1.903	1.903
Outras receitas financeiras	111	111
Base de cálculo - Lucro presumido	4.280	5.413
Alíquota nominal	15%	9%
IR e CS	642	487
Adicional (10%)	404	-
IR e CS Total	1.046	487
Ativo de contrato - Longo prazo	(5.600)	(5.600)
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo	48	672
Alíquota	25%	9%
IR e CS	(112)	(61)
Rendas de aplicações não resgatadas	228	228
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferidos	57	21
Receita por competência diferida	148	148
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo - Lucro presumido	12	18
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido - Receita por competência	3	2
IR e CS – Despesa	1.533	(90)
Corrente	1.046	487
Diferido	(52)	(38)

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas tributadas pelo regime de caixa.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Encargos								
Encargos de transmissão								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	22	21	188	162	(142)	(134)
Madeira Energia	-	-	-	-	-	698	-	-
Norte Energia	-	-	-	-	1.161	1.228	-	-
Aliança Energia	-	-	-	-	32	-	-	-
Volta do Rio	-	-	-	-	4	-	-	-
Cemig Distribuição	-	-	-	-	1.514	1.448	-	-

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Convênio de compartilhamento								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	135	135	-	-	(401)	(430)
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	64	60	-	-	(876)	(825)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Holding, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	5.946	-	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a distribuição de Dividendos no total de R\$5.946. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos JCP e Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 10.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	2.856	2.089	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	6.268	12.397	-	-	242	437	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	47	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
Remuneração	15	14
Participação nos resultados	4	4
Previdência privada	2	1
Total (1)	21	19

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2023		2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Concessionárias e permissionárias		3.096	3.096	2.759	2.759
Títulos e valores mobiliários		-	-	1.710	1.710
Depósitos vinculados		389	389	389	389
		3.485	3.485	4.858	4.858
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	2.920	2.920	2.147	2.147
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	1	598	598	1.361	1.361
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	3.864	3.864	6.444	6.444
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.742	1.742	2.858	2.858
Debênture	2	64	64	71	71
		9.188	9.188	12.881	12.881
		12.673	12.673	17.739	17.739
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(2.006)	(2.006)	(1.194)	(1.194)
Passivo de arrendamentos		(143)	(143)	(90)	(90)
		(2.149)	(2.149)	(1.284)	(1.284)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2023 e 2022.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa

descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, e pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	1.965	41	-	-	-	2.006
Passivo de arrendamentos	1	2	9	48	214	274
	1.966	43	9	48	214	2.280

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados. A principal fonte de receitas da Companhia advém da operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta II, 345KV, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal. Portanto, o risco de crédito é considerado baixo.

Riscos regulatórios

A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

* * * * *

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Fredstwon Reis Pereira
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-04



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2023, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2024.

Belo Horizonte, 13 de maio de 2024.

Eduardo José de Souza, Conselheiro

Nelson Tamietti, Conselheiro

Paulo Roberto de Brito Mosqueira, Conselheiro